

SUMÁRIO

DECISÕES DO ANO DE 2018 - DIREITO DO TRABALHO

Contrato de trabalho	21
Vínculo de emprego.....	21
Relação de emprego com motorista cadastrado em plataforma digital – Uber – TRT da 2ª Região.....	21
Cláusula de permanência.....	34
Validade da multa pecuniária prevista em pacto de permanência no em- prego	34
Férias.....	36
A conversão de 1/3 do período de férias (abono) em abono pecuniário é um direito potestativo do empregado.....	36
Pagamento das férias dois dias depois do prazo do art. 145 da CLT	38
Contrato de trabalho intermitente	39
Invalidade do contrato de trabalho intermitente em atividade contínua ...	39
FGTS	59
Constitucionalidade do dispositivo que considera incabível medidas cau- telares ou tutela antecipada que implique saque ou movimentação da conta do FGTS	59
Alteração do contrato de trabalho	61
Acúmulo de função	61
TST confirma jurisprudência restritiva do acúmulo de função	61
Terceirização	73
Atividade fim.....	73
É lícito terceirizar atividade-fim da empresa.....	73
Dono da obra.....	79
Inexistência de responsabilidade subsidiária	79

Remuneração do empregado	85
Salário	85
Pagamento de salário após o quinto dia útil	85
Bônus	92
Natureza salarial do Hiring bônus ou bônus de contratação	92
Adicionais ao salário	99
Adicional de Insalubridade	99
Não é insalubre o manuseio de produtos de limpeza de uso doméstico	99
Umidade apta a gerar adicional de insalubridade é apenas aquela decorrente de ambiente encharcado.....	100
Base de cálculo do adicional de insalubridade - direito adquirido - pagamento voluntário	102
Adicional de periculosidade.....	114
Adicional de periculosidade para piloto de helicóptero que acompanha abastecimento.....	114
Adicional de transferência	126
Adicional de transferência é indevido nos casos de transferência definitiva	126
Jornada de Trabalho	143
Intervalo intrajornada.....	143
Trabalho externo com controle da jornada - não concessão do intervalo intrajornada - ônus da prova do empregado.....	143
Gerente – Controle de jornada de trabalho	155
Gerente geral de agência bancária pode preencher a Folha Individual de Presença - FIP	155
Cartão de ponto.....	162
Ausência de assinatura – validade	162
Estabilidade provisória no emprego	167
Estabilidade gravídica	167
Estabilidade limitada ao período de ajuizamento da ação até 5 meses após o parto - impossibilidade.....	167
A incidência da estabilidade prevista no art. 10, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa	186
Término do contrato de trabalho	189
Dispensa discriminatória	189
Empregado portador de doença grave – HIV – Ciência dessa condição pelo empregador muitos anos antes da dispensa – Ausência de presunção de dispensa arbitrária e discriminatória	189

Fim do contrato no emprego público em comissão	222
Direito ao pagamento de férias proporcionais e décimo terceiro salário proporcional	222
Justa Causa	226
Possibilidade de aplicar a dispensa por justa causa por uma única condu- ta faltosa do trabalhador	226
Plano de demissão voluntária.....	232
Validade da cláusula de quitação geral do contrato de trabalho.....	232
Responsabilidade civil	237
Descumprimento de normas trabalhistas.....	237
Fornecimento de EPI inadequado – Ausência de danos morais.....	237
Acidente no trajeto - “casa-trabalho” ou “trabalho-casa”	241
Responsabilidade objetiva da empresa.....	241
Prazo prescricional na ação ajuizada pelos sucessores em nome próprio	255
Direito personalíssimo e autônomo. Natureza cível. Prescrição do Código Civil.....	255
Anulação da justa causa por ato de improbidade	261
A reversão em juízo da justa causa por ato de improbidade gera danos morais.....	261
Quebra de sigilo fiscal dos empregados das instituições financeiras Institui- ções financeiras podem fiscalizar a movimentação bancária de seus em- pregados – Ausência de danos morais	271
Fraude.....	274
Gera danos morais a intermediação fraudulenta de mão de obra median- te cooperativa.....	274
Dispensa sem justa causa em período de estabilidade pré-aposentadoria....	279
A dispensa sem justa causa de empregado portador de estabilidade pré- -aposentadoria prevista em norma coletiva não gera danos morais.....	279
Responsabilidade sem culpa	282
Construção civil é atividade de risco, configurando responsabilidade civil objetiva	282
Direito coletivo do trabalho	291
Convenção coletiva	291
Cláusula proibindo contratação de empregados terceirizados - Vali- dade	291
Norma coletiva que prevê registro apenas de horas extras é válida	304
Invalidade da cláusula de norma coletiva que estabelece a suspensão do plano de saúde pago pela empresa após 180 dias de afastamento do empregado.....	308

É válida norma coletiva que fixa percentual máximo de 50% do salário base para desconto em folha de pagamento.....	312
Validade da cláusula que admite redução da base de cálculo das horas extras mediante contrapartida de adicional mais benéfico.....	313
É inválida norma coletiva que estabelece o não recebimento pelo trabalhador substituto do salário equivalente ao do substituído se a substituição for inferior a 30 dias	317
Não é possível incluir por norma coletiva as horas extras como base de cálculo da Participação nos Lucros e Resultados – PLR.....	319
Arbitragem	322
A jurisprudência do TST permite à Justiça do Trabalho decidir a respeito de participação nos lucros e resultados por meio do sistema da arbitragem de ofertas finais, quando as partes assim pactuarem.....	322
Multa convencional	324
Natureza jurídica da multa convencional?.....	324
Eficácia no tempo.....	327
Regularização de situação pretérita por meio de norma coletiva.....	327
Enquadramento sindical - Categoria diferenciada.....	329
Aplicação de normas coletivas.....	329
Greve.....	342
Mero bloqueio de entradas da empresa, sem violência, não caracteriza abusividade da greve.....	342
Illicitude	344
Paralisação com caráter político.....	344

Decisões do TST do ano de 2018 - Processo do Trabalho

Competência	349
Absoluta em razão da matéria	349
É competência da Justiça do Trabalho julgar demandas que tenham como pedido seguro de vida em grupo, contratado pela empregadora.....	349
Incompetência da Justiça do Trabalho para autorizar o trabalho artístico para crianças e adolescentes em teatros, programas ou novelas produzidas por emissoras de rádio e televisão.....	352
Relativa em razão do lugar	353
Possibilidade de ajuizamento da ação no foro do domicílio da reclamante face o término das atividades da filial da empresa na localidade da contratação e da prestação dos serviços.....	353
Nulidade processual	367

Citação válida.....	367
É válida a notificação entregue no endereço correto da reclamada sem identificação do recebedor no aviso de recebimento.....	367
Comissão de Conciliação Prévia	379
Ausência de obrigação de passagem pela CCP - Comissão de Conciliação Prévia.....	379
A Comissão de Conciliação Prévia constitui meio legítimo, mas não obrigatório, de solução de conflitos.....	379
Eficácia liberatória geral do acordo firmado na Comissão de Conciliação Prévia.....	380
A eficácia liberatória geral de que trata o art. 625-E, parágrafo único, da CLT, abrange apenas os valores que foram discutidos na CCP.....	380
Petição inicial	381
Justiça gratuita	381
Condenação por litigância de má-fé não impede a concessão de justiça gratuita.....	381
Pedido	385
Validade do pedido heterotópico.....	385
Contestação	391
Preliminares.....	391
Coisa Julgada não configurada quando existe acordo extrajudicial homologado perante a Justiça comum nos casos de distrato comercial	391
Fatos reconhecidos em sentença criminal condenatória transitada em julgado não podem ser rediscutidos na seara trabalhista	393
Defesas de mérito	394
Ônus da impugnação específica	394
Audiência	405
Representação das partes.....	405
Condição de empregado do Preposto. Inobservância apenas na audiência inaugural. Irregularidade de representação. Configuração. Súmula nº 377 do TST	405
Carta de preposição	409
Ausência de juntada da carta de preposição no prazo determinado pelo juízo não atrai a revelia.....	409
Ausência de confissão ficta	411
Apresentação de atestado médico para justificar o não comparecimento do reclamante em audiência	411
Atrasos das partes.....	419

Poucos minutos sem prejuízo às partes	419
Provas	422
Validade da prova pericial realizada por fisioterapeuta especializado	422
Não é cabível o incidente de falsidade de prova testemunhal	427
Possibilidade de juntar documento na instrução até o encerramento da instrução processual	429
Determinação judicial prévia para apresentação de rol de testemunhas	431
Honorários	439
Cabimento	439
Não cabe condenação de honorários advocatícios na ação anulatória em que a parte sucumbente na ação é o Ministério Público do Trabalho.....	439
Recursos	447
Limitação do número de páginas	447
TST reafirma não ser possível limitar a quantidade de páginas de recurso	447
Agravo de petição.....	450
Não é necessário a delimitação de valores quando o recorrente for o exequente	450
Recurso de revista	453
Admissibilidade do recurso de revista por contrariedade a precedente normativo do TST	453
Execução	461
Competência.....	461
Competência da Justiça do Trabalho para executar os sócios da empresa em recuperação judicial após a desconsideração da personalidade jurídica	461
Penhora.....	464
Sequestro Humanitário.....	464
É possível a penhora parcial de salário (até 50%), a partir da vigência do cpc de 2015, para pagamento de crédito trabalhista.....	471
Honorários sucumbenciais	476
Cabe honorários advocatícios adicionais pela oposição de embargos à execução após a reforma trabalhista	476
Deposito recursal pago por empresa antes da falência ou da recuperação judicial.....	478
O depósito judicial realizado anteriormente ao processamento da recuperação judicial não vai ser remetido ao juízo universal.....	478

Ação rescisória	479
Depósito Prévio.....	479
É constitucional a fixação de depósito prévio como condição de procedi- bilidade de ação rescisória.....	479
Mandado de segurança	481
Cabimento	481
Cabe mandado de segurança para impugnar decisão interlocutória que contraria a jurisprudência pacífica, reiterada e notória do TST.....	481
Cabe mandado de segurança para impugnar decisão interlocutória que redireciona a execução contra sócio sem observar o incidente de des- consideração da personalidade jurídica.....	484
Cabe mandado de segurança para atacar decisão que ao mesmo tem- po determina a citação do executado e o bloqueio de valores via Bacen-Jud	485
Cabe mandado de segurança contra atos que se afigurem abusivos ou teratológicos	485
Não cabe mandado de segurança para atacar decisão que indefere o res- sarcimento de despesas do leiloeiro e depositário judicial.....	486
Habeas corpus	487
Cabimento	487
Não cabe Habeas Corpus para liberação do atleta profissional de futebol para exercício de atividade esportiva em outro clube	487
Astreintes	489
Periodicidade da multa	489
É possível a fixação de astreinte com limitação temporal	489
Tutela inibitória	491
Manutenção da tutela	491
Deve ser mantida a tutela inibitória caso haja o ajustamento de conduta após ajuizamento da ação	491
Bibliografia	493
Sites	493
Livros.....	494